

O Direito à Informação em um Cenário de Precarização do Trabalho no meio jornalístico¹

Claudio Nunes BATISTA²
Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças, MT

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de gerar reflexão sobre a precarização do trabalho no jornalismo, buscando respostas de como isso pode ter influência na crescente baixa qualidade da informação jornalística tendo como consequência prejuízos na garantia do direito à informação da população, tendo o método monográfico como caminho a ser seguido se almeja contribuir para a melhora da qualidade da informação na sociedade ao se utilizar de autores que estudam a precarização no jornalismo e o direito à informação.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Precarização; Trabalho; Direito; Informação.

CORPO DO TEXTO

Introdução

A precarização do trabalho dos profissionais jornalistas é acompanhada de uma tendência global neoliberal em várias profissões ao redor do globo, sendo essa uma das áreas mais antigas do mundo, pode representar uma queda qualitativa no produto final que se objetiva produzir no jornalismo: A informação. (CRUZ, 2019)

É neste cenário que as flexibilizações das relações de trabalho tomam corpo no Brasil, é um momento de profunda recessão econômica, com a recém nascida constituição cidadã e após uma ditadura militar. Conforme Cruz:

No novo mundo que se abria, às portas do século XXI, não haveria mais espaço para intervenção Estatal na economia. A tese central era que este, pesado, corrupto e anacrônico representava um entrave à livre ação das forças de mercado e ao desenvolvimento. Da mesma forma, os mecanismos de regulação das relações de trabalho, assim como as de proteção social, além de onerar as empresas e a sociedade, impediam os indivíduos de empreender, se qualificar e mesmo

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT15CO Mercado de Trabalho em Comunicação), evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 5 a 7 de junho de 2024.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFMT-CUA, email: claudio.batista@sou.ufmt.br

negociar livremente com seus empregadores melhores condições de trabalho.

(CRUZ, 2019, p. 35 - 36)

Além disso, com a chegada de novas tecnologias o jornalismo teve que operar em mais uma convergência, a era digital possibilitou com que mudasse não somente o ritmo de produção jornalística, mas o modelo de negócio do jornalismo tradicional. Em um período anterior a este período, a grande fatia do capital proveniente da publicidade de grandes marcas era distribuída principalmente aos grandes conglomerados de comunicação do mundo, a era digital fez com que as empresas buscassem o lugar para qual as pessoas estavam indo, entre os anos de 2006 e 2017 o faturamento dos jornais norte americanos caiu de 47 bilhões de dólares para 16 bilhões de dólares. (ALVES, 2019)

A informatização tem como principal vantagem a facilidade com que o jornalista capta as informações para assim produzir notícias, reportagens e tantos outros textos a serem vendidos, mas com a queda da arrecadação das empresas e do desejo de redução de custos para assim se manterem, esta rapidez no processo se traduziu em colocar o profissional em várias funções o levando a sobrecarga e a exaustão rápida, é claro, sem que o salário seja equiparado ao regime de multifunção. (DANTAS et al, 2017)

Se olharmos os dados do Volt Data Lab, entre 2012 e 2018 foram registradas pelo menos 2.327 demissões de jornalistas em redações, esse número confirma o acúmulo de funções em menos profissionais. Além disso, a carga horária acima do esperado já se tornou rotina na profissão, visto que, 77,8% dos jornalistas participantes, ou 91 entre 117 pessoas, relatam ser comum fazer hora extra (NICOLETTI, 2019)

Ainda de acordo com o mesmo estudo, 13,7% afirmam produzir ou editar 15 ou mais conteúdos em um dia normal de trabalho, a sobrecarga acaba levando aos altos índices de adoecimento na profissão, principalmente para os profissionais que recebem os mais baixos salários na área, 51% dos participantes da pesquisa exploratória já haviam adoecido devido ao trabalho e 36,8% deles recebiam até 3 salários mínimos. (NICOLETTI, 2019)

O jornalismo profissional também sofre as mazelas estruturais da queda da obrigatoriedade do diploma aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, na ocasião, o tribunal decidiu por 8 votos a 1 que o diploma para exercer a profissão de

jornalista feria o princípio de liberdade de expressão prevista na constituição, sendo que não houveram mudanças nenhuma na garantia desse direito a população, já que durante a vigência da obrigação do diploma, não se têm notícias que comprovem que o diploma feriu a liberdade de alguém. (SPENTHOF, 2023)

A não exigência do diploma levou a profissão a um enfraquecimento geral, fragilizando a representação social que lhes é conferida via Universidade e legislação, tirado o caráter profissional da profissão, aumentou a abstração da população sobre o que é realmente o jornalismo, levando a comunicação brasileira a crescente desregulamentação enfraquecendo a atividade como arma que garante o direito a informação da população prevista na constituição. (SPENTHOF, 2023)

Com a piora significativa das condições de trabalho e a aproximação cada vez mais iminente da precariedade na profissão, é visto que a qualidade da informação fosse naturalmente cair na maior parte da mídia, é o que mostra Reimberg (2012) a partir de uma análise do radiojornalismo: “Ficando nas redações, os jornalistas conseguem produzir mais matérias, pois não se perde tempo com o deslocamento. No entanto, perdem a oportunidade de captar sons dos ambientes e de perceberem aspectos da notícia que não são relatados”.

Com o conceito de “jornalismo sentado” (NEVEU, 2006), quando a informatização trouxe uma facilidade de produção jornalística sem que o repórter tivesse que estar no local, apesar disso, a tecnologia ainda não conseguiu substituir a importância do jornalista estar presencialmente no local em que o fato ocorreu, sem depender somente do relato de fontes que irão encabeçar e definir o rumo da narrativa.

Mas o motivo do jornalismo está cada vez mais feito somente dentro das redações e cada vez mais longe das ruas não está somente na precariedade, a internet fez com que a rapidez que a informação chegue ao receptor crescesse exponencialmente, isso faz com que a cada minuto que as pessoas passam conectadas, mais informações novas procuram para saciar a carga informacional, é gerado um eterno sentimento nos profissionais de urgência em noticiar no momento em que o fato ocorre (AMADORI, 2009)

A notícia em sua essência deve ser imediata, deve ter caráter de algo novo que vêm a público, o fator tempo é essencial para a decisão da construção da notícia tendo mais valor notícia aquele fato que possui maior atualidade. (TRAQUINA, 2005). Mas o

“presentismo” do jornalismo pode ocasionar uma percepção difusa da diminuição do sentido histórico fazendo com que o receptor fique preso somente ao presente, tudo isso se soma a dinâmica à dinâmica dos meios de comunicação e seu fluxo infinito de informações dando a sensação de notícias em tempo real a todo momento (ANTUNES, 2007)

Na internet, a exigência pela rapidez da veiculação das notícias é ainda maior, acaba ocasionando uma perda na contextualização dos textos e uma falta de profundidade, tudo isso é capaz de fazer com que as pessoas não associam a notícia a realidade, sem a apuração jornalística necessária por conta do tempo curto, os sites acabam se alimentando de informações oficiais advindas de assessorias de imprensas que acabam se tornando os donos das narrativas de seus releases. (AMADORI, 2009)

Quando se enfraquece as condições de trabalho do jornalista, juntamente com as condições estruturais dessa profissão vital para o exercício da atividade, a garantia do direito à informação é questionada, o direito fundamental explicitado em: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1988, Art. 5º, Inciso XIV).

Portanto, não se garante somente o direito do cidadão de possuir acesso à informação, mas acaba por se delinear e proteger um tipo de informação (jornalística), produzida especificamente pelo profissional jornalista (jornalista), que ao possuir o direito do sigilo da fonte, é almejado pelo funcionamento da dinâmica informacional, a garantia do direito à informação do cidadão (SPENTHOF, 2015).

Tendo em vista o enxugamento das redações por conta do modelo de negócio ineficiente no jornalismo, juntamente com a sobrecarga aos profissionais jornalísticos pela crescente vontade dos veículos em reduzir os custos de produção (NICOLETTI, 2019), a precariedade visível nas relações de trabalho da profissão pode estar gerando uma mudança significativa na garantia desse direito fundamental previsto na constituição, a ineficiência gerada pela deterioração qualitacional do produto informacional é provocada por uma erosão da credibilidade das mídias, uma precarização da produção jornalística e tudo isso acaba por gerar inúmeros efeitos sociopolíticos (MICK, TAVARES, 2017, p. 132).

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é a monográfica ou estudo de caso, pois em minha avaliação é o melhor caminho quando a pesquisa ainda está em um início de se gerar reflexão para pesquisas posteriores sobre o assunto.

Fundamentação teórica

Os autores Reginaldo Euzébio da Cruz (2019), Rosental Calmon Alves (2019) e Juliana Bulhões Alberto Dantas et al (2017) contextualizam desde um breve contexto histórico das mudanças das relações de trabalho no jornalismo e como isso desencadeou em sua presente precariedade. Janara Nicoletti (2019) contribui para o aporte teórico com os dados de uma pesquisa profunda com 117 pessoas entrevistadas, gerando respostas a serem analisadas sobre a qualidade do produto jornalístico, Edson Luiz Spenthof (2023) em artigo publicado no Observatório da imprensa reflete sobre o desenrolar da queda da obrigatoriedade do diploma e como isso afeta a qualidade profissional juntamente com a análise de Janara Nicoletti (2019) dos dados coletados em sua pesquisa, para reforçar evidências de precariedade na profissão, Erik Neveu (2006) e Cristiane Oliveira Reimberg (2012) falam da dinâmica atual que afeta negativamente a qualidade do jornalismo quando os profissionais não saem mais da redação, com o conceito de “jornalismo sentado” inserido por Neveu, Nelson Traquina (2005) contribui para a pesquisa trazendo o critério de noticiabilidade da novidade, quando Elton Antunes (2007) e Rosane Amadori (2009) problematizam esse imediatismo excessivo na era digital.

Por fim Edson Luiz Spenthof (2015) contextualiza e reflete sobre o papel do jornalismo em garantir o acesso a informação da população previsto em constituição e Jacques Mick e Luísa Meurer Tavares (2017) alertam para a erosão da credibilidade da mídia e da qualidade da informação contribuindo para inúmeros problemas sociopolíticos.

Contribuições da pesquisa

A pesquisa visa gerar reflexão dentro e fora da comunidade acadêmica para buscar entender as relações de trabalho dentro do jornalismo e contribuir para as melhorias na profissão.

Conclusão

Diante dos estudos aqui apresentados, as enormes mudanças que o jornalismo sofre cotidianamente tendo a era digital como um avanço tão rápido ao longo do tempo, é de extrema necessidade que estudos como estes avancem mais na comunicação para que o jornalismo profissional não seja somente uma fantasia a se vestir e que mantenhamos ao máximo a essência dessa profissão essencial para o contínuo exercício da democracia.

REFERÊNCIAS

Cruz, Reginaldo Euzébio, 1972- C889e **Empresário sem empresa : trabalho desregulamentado, pejetização e uberização. A precarização dos jornalistas na era digital / Reginaldo Euzébio da Cruz.** – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

ALVES, R. C. **Lições da crise americana: jornais mingam ou desaparecem, mas novos modelos tentam salvar o jornalismo.** 14º Congresso da Abraji, jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39tFAYV>. Acesso em: 24 de Abril de 2024

DANTAS, J. et al. **Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: reflexões Sobre Tendências Teóricas.** Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público. Nº 5 2017, p. 39-49.

NICOLETTI, J. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise.** Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2019

SPENTHOF, Edson Luiz. **A PEC do Diploma e as lições da decisão do STF** . Observatório da imprensa, 23 de Maio de 2023. Jornalismo. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/a-pec-do-diploma-e-as-licoes-da-decisao-do-stf/>>. Acesso em: 24 de Abril de 2024.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **A organização do trabalho no rádio: reflexos para as práticas profissionais e para a saúde do jornalistas.** Revista Alterjor, ano3, v.1, p. 1-18, jan-jun, 2012.

NEVEU, Erik. **As notícias sem jornalistas uma ameaça real ou uma história de terror? [dossiê]** Brazilian Journalism Research, [S.I.], v. 6, n. 1, 2010. (Não paginado) _____ . Sociologia do jornalismo. Loyola: São Paulo, 2006.

AMADORI, Rosane. MARQUES, Márcia Gomes. **A instantaneidade e a construção da notícia no jornalismo online.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Brasília. dia, mês e ano. . Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2009/resumos/r17-0304-1.pdf>>. Acesso em: 24, 04 de 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - Uma comunidade interpretativa transnacional.** Nelson Traquina - Florianópolis: Insular, 2005. 216 p.

ANTUNES, Elton. **Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico.** Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

SPENTHOF, Edson Luiz. **Jornalismo e sociedade: O lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública.** Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/18403>> Acesso em: 24 de Abril de 2024.

MICK, Jacques; TAVARES, Luisa Meurer. **A governança do jornalismo e alternativas para a crise.** In: Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR. São Paulo: ECA/USP, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.